

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2024

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE PROVA¹

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa visam a averiguar a capacidade do(a) candidato(a), quanto:

- à apreensão do significado global dos textos;
- ao estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais;
- ao reconhecimento da função desempenhada por diferentes recursos gramaticais no texto, nos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo;
- à apreensão dos efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos verbais em textos de diferentes gêneros;
- à identificação das ideias expressas no texto, bem como de sua hierarquia (principal ou secundária) e das relações entre elas (oposição, restrição, causa/consequência, exemplificação etc.);
- à análise da organização argumentativa do texto: identificação do ponto de vista (tese) do autor, reconhecimento e avaliação dos argumentos usados para fundamentá-lo;
- à dedução de ideias e pontos de vista implícitos no texto;
- ao reconhecimento das diferentes “vozes” dentro de um texto, bem como dos recursos linguísticos empregados para demarcá-las;
- ao reconhecimento da posição do autor frente às informações apresentadas no texto (fato ou opinião; sério ou ridículo; concordância ou discordância etc.), bem como dos recursos linguísticos indicadores dessas avaliações;
- à identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos;
- à identificação dos recursos coesivos do texto (expressões, formas pronominais, relatores) e das relações de sentido que estabelecem;
- ao domínio da variedade padrão escrita: normas de concordância, regência, ortografia, pontuação etc.;
- ao reconhecimento de relações estruturais e semânticas entre frases ou expressões;
- à identificação, em textos de diferentes gêneros, das marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais ou de registro.

RACIOCÍNIO MATEMÁTICO – todos os cargos EXCETO Procurador Municipal

1. Cálculo de média, leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos.
2. Perímetro, área, volume e capacidade.
3. Resolução de problemas envolvendo números reais, conjuntos, contagem e porcentagem.
4. Sistemas de duas equações e duas incógnitas, equação do primeiro grau, regra de três simples e sequências.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ARQUITETO

1. ACESSIBILIDADE
 - 1.1. Requisitos para acessibilidade universal. Sinalização. Equipamentos e dispositivos. Aplicação em edificações;
 - 1.2. Norma ABNT NBR 9050/2020.
2. AVALIAÇÃO EM ARQUITETURA
 - 2.1. Laudos de avaliação. Perícia técnica;
 - 2.2. Avaliação de imóveis urbanos e rurais com o uso de tratamento científico segundo a NBR 14653, partes 1, 2, 3 e 4.
3. CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS E DESEMPENHO DAS EDIFICAÇÕES
 - 3.1. NBR 15220-3:2005. Desempenho térmico de edificações. Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social;
 - 3.2. NBR 15575:2013 Partes 1 a 6. Edificações habitacionais – Desempenho.

¹ Retificado, conforme Edital n.º 23/2024, publicado em 09/04/2024.

4. CONTRATAÇÃO, PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL
 - 4.1. Edital de Licitação e Termo de Referência; Decreto Estadual nº. 10086/2022;
 - 4.2. Contratação de serviço, mão-de-obra e fornecedores;
 - 4.3. Cronograma físico e cronograma financeiro;
 - 4.4. Fiscalização de projetos, obras e serviços.
5. GESTÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
 - 5.1. Tipos de manutenção (preditiva, preventiva, corretiva);
 - 5.2. Estudo de pós-ocupação – avaliação quer do ponto de vista construtivo e espacial, quer do ponto de vista de seus usuários.
6. PLANEJAMENTO, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS e OBRAS
 - 6.1. Orçamento e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico-financeiro;
 - 6.2. Acompanhamento e aplicação de recursos (vistorias, emissão de faturas, controle de materiais);
 - 6.3. Levantamento arquitetônico e de instalações;
 - 6.4. Projetos mínimos necessários a execução de uma edificação;
 - 6.5. Levantamento planialtimétrico.
7. PLANEJAMENTO URBANO
 - 7.1. Sustentabilidade urbana (Agenda Habitat e Agenda 21);
 - 7.2. Princípios de planejamento e de orçamento público;
 - 7.3. Regularização fundiária;
 - 7.4. Diretrizes da legislação urbanística;
 - 7.5. Política e legislação ambiental;
 - 7.6. Estudo de impacto: EIA/RIMA;
 - 7.7. Lei n.º 10.257/2001. Estatuto da Cidade;
 - 7.8. Lei Municipal nº 717/2012, (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Magro), na forma em que dispõe;
 - 7.9. Lei n.º 731/2012 – Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e de Ocupação do Solo do Perímetro Urbano da Sede, do Distrito de Retiro, do Distrito Conceição do Município de Campo Magro e dá outras providências;
 - 7.10. Lei municipal n.º 726/2012 – Define o Código de Obras das Ações de Iniciativa Privada e Pública sobre a Morfologia da Cidade;
 - 7.11. Lei Municipal n.º 733/2012 – Define o Código de Posturas de Campo Magro;
 - 7.12. Decreto estadual n.º 5063/2001 – Dispõe sobre zoneamento ecológico e econômico da APA do Passaúna;
 - 7.13. Decretos estaduais n.º 1.611/1999 e 6.796/2012 – Dispõe sobre o zoneamento ecológico e econômico da UTP de Campo Magro/APA do Rio Verde. Lei Municipal nº 127/2000.
8. PROJETO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA
 - 8.1. Métodos e técnicas de desenho e projeto;
 - 8.2. Definição de programa funcional da edificação;
 - 8.3. Estudos de viabilidade técnico-financeira;
 - 8.4. Regulamentação do Corpo de Bombeiros;
 - 8.5. Normas Técnicas;
 - 8.6. Instalações hidrossanitárias, prevenção contra incêndio, impermeabilização de superfícies, estrutura de edifícios, sistemas de cobertura de edificações;
 - 8.7. Detalhamento técnico construtivo;
 - 8.8. Especificação de materiais;
 - 8.9. Controle ambiental das edificações (térmico, acústico e luminoso);
 - 8.10. Projetos complementares – especificação de materiais e serviços, dimensionamento básico e compatibilização;
 - 8.11. Orçamento;
 - 8.12. Conceito e ferramentas de Desenho Assistido por Computador (CAD) na arquitetura para desenho técnico e maquetes eletrônicas;
 - 8.13. BIM (*Building Information Modeling* ou Modelagem da Informação da Construção). Conceito. Processo de projeto BIM. Gestão e coordenação de projetos BIM. NBR 15965 – Sistema de classificação da informação da construção. Guias BIM ABDI-MDIC. Ferramentas BIM para modelagem, orçamentação, cronograma e compatibilização de projeto/obra.
9. PROJETO DE URBANISMO
 - 9.1. Métodos e técnicas de desenho e projeto urbano;
 - 9.2. Dimensionamento e programação dos equipamentos públicos e comunitários;
 - 9.3. Sistema viário (hierarquização e dimensionamento e geometria); Lei Municipal n.º 734/2012;
 - 9.4. Sistemas de infraestrutura de parcelamentos urbanos: energia, pavimentação saneamento ambiental (drenagem, abastecimento, coleta e tratamento de esgotos, coleta e destinação de resíduos sólidos).

ASSISTENTE SOCIAL

1. Instrumentalidade do Serviço Social:
 - 1.1. Dimensão investigativa da profissão;
 - 1.2. Instrumentais técnico-operativos;
 - 1.3. Fundamentos sócio-históricos do Serviço Social;
 - 1.4. Perspectivas teórico-metodológicas do Serviço Social;
 - 1.5. Planejamento e gestão social;
 - 1.6. Projeto ético-político do Serviço Social;
 - 1.7. Alternativas metodológicas de processos de planejamento, monitoramento e avaliação – formulação de programas, projetos e planos;
 - 1.8. Elaboração de laudos, pareceres e relatórios sociais;
 - 1.9. Trabalho em rede. Interdisciplinaridade.
2. Certificação das entidades beneficentes de assistência social.
3. Direitos sociais e seguridade social na Constituição Federal de 1988: saúde, previdência social e assistência social.
4. Legislação e códigos relacionados ao trabalho profissional do assistente social:
 - 4.1. Código de Ética Profissional do Assistente Social – Lei n.º 8.662/93;
 - 4.2. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
 - 4.3. Normas Operacionais Básicas do SUAS – NOB/SUAS/2005 e NOB/RH/SUAS/2006;
 - 4.4. Política de Assistência Social – Lei n.º 8.742/93;
 - 4.5. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
 - 4.6. Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
 - 4.7. Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais/2009.
5. Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
6. Lei n.º 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.
7. Lei n.º 12.594/2012 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
8. O debate contemporâneo sobre a família e o serviço social.
9. O funcionamento dos conselhos municipais de assistência social.
10. Políticas de Saúde:
 - 10.1. Centros de Atendimento Psicossocial – CAPS;
 - 10.2. Lei Orgânica da Saúde – Lei n.º 8.080/1990;
 - 10.3. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n.º 13.146/2015;
 - 10.4. Proteção e os Direitos das Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais – Lei n.º 10.216/2010;
 - 10.5. Sistema Único de Saúde – SUS.
11. Questão Social e suas expressões contemporâneas.
12. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.
13. Transformações no mundo do trabalho e repercussões no Estado brasileiro.

CONTADOR

1. Contabilidade pública

- 1.1. Planejamento no Setor Público: Orçamento Público; Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual (Constituição Federal);
- 1.2. Licitações e contratos administrativos (Lei Federal n.º 14.133/2021 atualizada);
- 1.3. Receitas e despesas públicas sob o enfoque orçamentário;
- 1.4. Escrituração contábil (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP 2024 e atualizações – e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 10.ª ed. e atualizações);
- 1.5. Elaboração, análise e apresentação das demonstrações contábeis utilizadas no setor público (Lei n.º 4.320/1964 atualizada e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público – NBC TSP atualizadas);
- 1.6. Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000 atualizada);
- 1.7. Controle interno e externo no setor público. Prestação de contas ao TCE PR (Instrução Normativa n.º 172/2022 e atualizações);
- 1.8. Transparência e acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). Instrução Normativa TCE PR nº 058/2011 e demais alterações.

2. Contabilidade geral

- 2.1. Contabilidade: conceito, objetivo, finalidades, campo de aplicação, princípios;
- 2.2. Patrimônio: conceito, composição, aspectos qualitativos e quantitativos;
- 2.3. Reconhecimento, mensuração e divulgação dos componentes patrimoniais e de resultado em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, atualizadas;

- 2.4. Escrituração contábil; Apuração do Resultado; Destinação do Resultado do período;
- 2.5. Demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, atualizadas;
- 2.6. Tributos incidentes sobre compras e vendas de mercadorias/produtos;
- 2.7. Investimentos permanentes: pelo método do custo e de equivalência patrimonial. Depreciação, amortização e exaustão.

3. Análise das demonstrações contábeis e contabilidade de custos

- 3.1. Métodos de custeio;
- 3.2. Classificação dos custos;
- 3.3. Análise das relações custo/volume/lucro; ponto de equilíbrio;
- 3.4. Índices e coeficientes orçamentários, financeiros, patrimoniais, de estrutura e evolução, e econômicos.

ENFERMEIRO

1. Administração de medicamentos oral, ocular, inalatório e injetáveis, aplicação de imunobiológicos, coleta de material para realização do citopatológico cérvico uterino, coleta de material para exames (urina, fezes, sangue e escarro).
2. Aleitamento materno.
3. Aspectos legais e éticos de exercício da enfermagem: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; Lei n.º 7.498/1986 (Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem); e Decreto n.º 94.406/1987 (Regulamenta a Lei n.º 7.498/1986).
4. Assistência de enfermagem às demandas agudas e em urgências e emergências: queimaduras, parada cardiorrespiratória, crise convulsiva, corpos estranhos, agressão por animais, intoxicações, trauma, reações alérgicas graves, choque, crise hipertensiva.
5. Assistência de enfermagem nas diferentes etapas do ciclo de vida.
6. Assistência de enfermagem nos agravos cardiovasculares, neurológicos, saúde mental, reprodutor, respiratório, vias urinárias, digestório, endócrinos e metabólicos, olhos, ouvidos, nariz e garganta, pele, musculoesquelético, neurológico, infectocontagiosos e hematológicos.
7. Atenção à pessoa que fuma, abordagem em grupos, atenção à pessoa com deficiência e ao idoso e identificação de fragilidade.
8. Atenção às condições crônicas: diabetes mellitus, hipertensão arterial crônica, saúde mental, câncer, entre outros.
9. Atenção domiciliar, abordagem familiar e abordagem comunitária.
10. Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.
11. Crescimento e desenvolvimento na infância e adolescência.
12. Cuidados paliativos.
13. Doenças infectocontagiosas e transmitidas por vetores: HIV/AIDS, hepatites virais, Zica, Chikungunya, dengue, tuberculose, hanseníase, coronavírus.
14. Educação em saúde para o autocuidado.
15. Fundamentos da Enfermagem: Medidas antropométricas, sinais vitais, passagem de sonda nasogástrica e enteral, cateterismo vesical, troca de sonda de cistostomia, oxigenoterapia e curativos.
16. Gerenciamento dos serviços de saúde e de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS).
17. Modelos de atenção à saúde.
18. Morte e luto.
19. Políticas públicas de saúde e bases legais do Sistema Único de Saúde (SUS).
20. Pré-natal, puerpério, climatério e menopausa.
21. Prescrições e interações medicamentosas.
22. Processo saúde doença, prevenção e promoção de saúde.
23. Programa nacional de imunização, imunização básica de crianças, adultos e idosos, rede de frio e eventos adversos.
24. Realização do teste do pezinho (fenilcetonúria, fibrose cística, hipotireoidismo congênito, doença falciforme e outras hemoglobinopatias, deficiência de biotinidase). Técnicas básicas: sinais vitais.
25. Rede de Proteção.
26. Reprocessamento de materiais, prevenção e controle de infecção e biossegurança.
27. Saúde reprodutiva.
28. Segurança do paciente.
29. Sistematização da assistência de enfermagem. Consulta do enfermeiro em saúde coletiva.
30. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1. FISILOGIA VEGETAL
 - 1.1. Fotossíntese e fotoperíodo das plantas;
 - 1.2. Mecanismo de absorção de nutrientes pelas plantas;
 - 1.3. Métodos de propagação vegetal;
 - 1.4. Conhecimentos em botânica;
 - 1.5. Poda de árvores e arbustos.
2. MANEJO E FERTILIDADE DO SOLO
 - 2.1. Capacidade de campo e ponto de murcha permanente;
 - 2.2. Interpretação de análise química do solo;
 - 2.3. Física do solo.
 - 2.4. Química do solo;
 - 2.5. Substratos para produção de mudas e germinação de sementes;
 - 2.6. Conservação dos solos;
 - 2.7. Microbiologia do solo;
 - 2.8. Nutrição mineral e orgânica das plantas;
 - 2.9. Compostagem.
3. AGRONOMIA, FITOTECNIA E FITOSSANITARISMO
 - 3.1. Cultivo em ambientes protegidos e manejo de plantas em casa de vegetação e viveiros;
 - 3.2. Identificação e controle de pragas e de doenças de plantas;
 - 3.3. Controle de plantas daninhas;
 - 3.4. Meteorologia agrícola e climatologia agrícola;
 - 3.5. Irrigação e drenagem;
 - 3.6. Silvicultura;
 - 3.7. Olericultura;
 - 3.8. Plantas ornamentais e paisagismo;
 - 3.9. Tecnologia e produção de sementes;
 - 3.10. Noções de ecologia agrícola.
4. AGRICULTURA ORGÂNICA
 - 4.1. Conceitos, objetivos, escolas e aplicação dos princípios agroecológicos: agricultura orgânica, as escolas da linha agroecológica;
 - 4.2. Conversão da agricultura convencional à agricultura orgânica.
5. AGRICULTURA FAMILIAR
 - 5.1. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Lei n.º 11.326/2006.

ENGENHEIRO CIVIL

1. Alvenaria; aberturas; piso; pintura; entrega da obra.
2. Atendimento às normas de desempenho de edificações habitacionais (conjunto de normas NBR 15575).
3. Controle de qualidade: dos materiais e dos serviços.
4. Elaboração de projetos: assessoria e supervisão; ajuste de projeto aos imprevistos.
5. Estudos de viabilidade técnico-econômica: assistência e assessoria.
6. Fiscalização de obras e serviços: Preparação de terreno – topografia.
7. Instalações prediais de água fria e esgoto sanitário – Calhas, condutores verticais e condutores horizontais para esgotamento de águas pluviais.
8. Laudo técnico.
9. Mensuração de obra e serviço.
10. NBR – 9050. Acessibilidade.
11. Orçamento – tipos.
12. Parecer técnico.
13. Perícia técnica: exame.
14. Projeto estrutural – especificação e detalhamento da armadura; resistência e durabilidade do concreto.
15. Sistemas preventivos contra incêndio.
16. Supervisão, coordenação e orientação técnica: estudos, planejamento, projetos e especificações em geral.
17. Uso e manuseio dos recursos de informática voltados a levantamentos topográficos, projetos e apresentação de *layout*.
18. Vistoria e Avaliação (Código de Processo Civil – CP).
19. Lei n.º 10.257/2001. Estatuto da Cidade;
20. Lei Municipal n.º 717/2012 (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Magro), na forma em que dispõe;
21. Lei n.º 731/2012. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e de Ocupação do Solo do Perímetro Urbano da Sede, do Distrito de Retiro, do Distrito Conceição do Município de Campo Magro e dá outras providências;

22. Lei municipal n.º 726/2012 – Define o Código de Obras das Ações de Iniciativa Privada e Pública sobre a Morfologia da Cidade;
23. Lei Municipal n.º 733/2012 – Define o Código de Posturas de Campo Magro;
24. Decreto estadual n.º 5.063/2001 – Dispõe sobre zoneamento ecológico e econômico da APA do Passaúna;
25. Decretos estaduais n.º 1.611/1999 e 6.796/2012 – Dispõe sobre o zoneamento ecológico e econômico da UTP de Campo Magro/APA do Rio Verde. Lei Municipal n.º 127/2000.

ENGENHEIRO FLORESTAL

1. Arborização urbana. Técnicas e métodos para avaliação de árvores de risco na arborização urbana.
2. Avaliação de botânica e dendrologia.
3. Beneficiamento, técnicas de germinação, armazenamento de sementes, projetos de viveiros, recipientes, substratos, irrigação, nutrição, controle de qualidade, mudas seminais e clonais).
4. Climatologia e meteorologia florestal.
5. Dendrometria e inventário florestal.
6. Desenvolvimento e análise de projetos.
7. Ecologia florestal.
8. Educação ambiental.
9. Elaboração e análise de laudos, relatórios e pareceres ambientais.
10. Entomologia e fitopatologia florestal.
11. Fisiologia vegetal.
12. Lei Municipal n.º 728/2012. Dispõe sobre a Política de Proteção, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente.
13. Licenciamento ambiental.
14. Manejo de áreas silvestres. Manejo de bacias hidrográficas. Manejo integrado de pragas.
15. Melhoramento Genético.
16. Paisagismo.
17. Planejamento de experimentos. Poda e desbaste. Produção de mudas florestais. Produção de mudas para arborização urbana.
18. Recuperação de áreas degradadas.
19. Sementes e viveiros florestais (seleção de matrizes para coleta de sementes, técnicas e métodos para coleta de sementes).
20. Silvicultura. Silvicultura urbana (técnicas de plantio, coveamento, nutrição, técnicas de poda, remoção de árvores e destoca).
21. Solos e nutrição florestal.
22. Topografia e sensoriamento remoto.
23. Unidades de conservação.
24. Recursos florestais. Lei n.º 12.651/2012 e suas alterações. Resoluções CONAMA n.º 302/2002 e n.º 303/2002 e suas alterações. Lei n.º 11.284/2006 (Gestão de florestas públicas).

FARMACÊUTICO

1. Análise e interpretação de laudos de exames (bioquímicos, hematológicos, imunológicos, parasitológicos, bacteriológicos).
2. Classe terapêutica e mecanismos de ação dos medicamentos.
3. Constituição Federal de 1988: Da Saúde (arts. 196 - 200).
4. Estabilidade dos medicamentos.
5. Farmacocinética e biodisponibilidade.
6. Interpretação e prescrição de medicamentos.
7. Padronização de medicamentos.
8. Portaria n.º 344/1998 e suas atualizações.
9. Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades e estratégia de prevenção.
10. Princípios gerais da farmacologia.
11. Programa de controle de infecção hospitalar.
12. Reações adversas e interações medicamentosas.
13. Resolução CFF n.º 724/2022 - Código de Ética da Profissão Farmacêutica
14. Rotina de exames (bioquímicos, hematológicos, imunológicos, parasitológicos, bacteriológicos).
15. Sistema Único de Saúde: Lei n.º 8.080/1990; Lei n.º 8.142/1990 (dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências).
16. Sistemas de distribuição de medicamentos.
17. Vias de administração de formas farmacêuticas.

FISCAL DE MEIO AMBIENTE

1. Impacto ambiental: conceito e tipos.
2. Poluição ambiental: conceito, fontes, sistemas de controle.
3. Decreto n.º 6.514/2008 – Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
4. Lei Municipal n.º 726/2012. Define o código de obras das ações de iniciativa privada e pública sobre a morfologia da cidade.
5. Lei Municipal n.º 728/2012. Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente.
6. Lei Municipal n.º 731/2012. Dispõe sobre o zoneamento do uso e de ocupação do solo do perímetro urbano da sede, do Distrito de Retiro, do Distrito Conceição do Município de Campo Magro e dá outras providências.
7. Lei Municipal n.º 733/2012. Institui o código de posturas do Município de Campo Magro e dá outras providências.
8. Lei Municipal n.º 966/2017. Faz alterações na Lei Municipal n.º 728/2012.
9. Lei n.º 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).
10. Lei n.º 9.795/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
11. Resolução CONAMA n.º 404/2008. Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.
12. Lei municipal n.º 717/2012 – Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de campo magro e dá outras providências.
13. Decreto estadual n.º 5063/2001 – Dispõe sobre zoneamento ecológico e econômico da APA do Passaúna.
14. Decretos estaduais n.º 1611/1999 e 6796/2012 – Dispõe sobre o zoneamento ecológico e econômico da UTP de Campo Magro/APA do Rio Verde. Lei Municipal n.º 127/2000.
15. Parcelamento do solo urbano. Loteamento, desmembramento, arruamento, aprovação de parcelamento de solo – Lei municipal n.º 730/2012. Regularização fundiária urbanística. Área de Preservação Permanente-APP.
16. Recursos florestais. Lei n.º 12.651/2012 e suas alterações. Resoluções CONAMA n.º 302/2002 e n.º 303/2002 e suas alterações. Lei n.º 11.284/2006 (Gestão de florestas públicas).

FISIOTERAPEUTA

1. **Fisioterapia:** Ética profissional. Conceituação, recursos e objetivos. Reabilitação: conceituação, objetivos, sociologia, processo e equipe técnica. Papel dos serviços de saúde. Modelos alternativos de atenção à saúde das pessoas com deficiência. Processo de fisioterapia: semiologia; exame e diagnóstico, postura; diagnósticos das anomalias posturais (patomecânica e correção). Processos incapacitantes mais importantes. Saúde Coletiva: Fisioterapia e promoção da saúde. Fisioterapia em atuação interdisciplinar. Atuação da Fisioterapia nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas de Saúde e Fisioterapia.
2. **Fisioterapia traumato-ortopédica:** Anatomia, fisiologia e cinesiologia do sistema musculoesquelético. Testes ortopédicos, provas funcionais e Instrumentos de avaliação do sistema musculoesquelético. Recursos fisioterapêuticos: agentes eletrofísicos, terapia manual ortopédica, cinesioterapia e exercícios terapêuticos, órteses e próteses aplicadas em ortopedia e traumatologia. Fisioterapia em ortopedia e traumatologia nas disfunções de pacientes adultos e pediátricos. Fisioterapia em ortopedia e traumatologia na atenção primária em saúde e na média e alta complexidade.
3. **Fisioterapia cardiorrespiratória:** Anatomia e fisiologia do sistema cardiorrespiratório. Exames complementares à anamnese e avaliação física do doente cardiorrespiratório. Recursos manuais e instrumentais de expansão pulmonar. Atuação fisioterapêutica nas doenças pulmonares obstrutivas. Atuação fisioterapêutica nas doenças pulmonares restritivas e mistas. Avaliação do doente cardiovascular. Fisioterapia no pré e no pós-operatório de grandes cirurgias cardíacas e pulmonares. Atuação da fisioterapia respiratória no tratamento da Covid-19.
4. **Fisioterapia neurofuncional na criança e no adulto:** Desenvolvimento motor típico e atípico na primeira infância. Intervenção precoce em crianças diagnosticadas com condições de saúde neurológicas. Avaliação e intervenção fisioterapêutica nas seguintes condições de saúde: paralisia cerebral, traumatismo cranioencefálico, traumatismo raquimedular, espinha bífida, síndrome de Down, doenças neuromusculares, autismo e paralisia braquial perinatal. Intervenção fisioterapêutica neurofuncional em adultos nas lesões encefálicas e medulares. Intervenção fisioterapêutica neurofuncional em adultos nas lesões do sistema nervoso periférico e neuropatias de caráter progressivo. Bases teóricas do controle motor e reaprendizado motor na fisioterapia neurofuncional. Equipamentos adaptativos e auxílios ambientais para crianças e adultos com incapacidades.
5. **Fisioterapia em gerontologia:** Avaliação multidimensional do idoso. Funcionalidade em idosos: avaliação e intervenção fisioterapêutica. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na instabilidade postural e nas quedas. Mobilidade e marcha do idoso – prescrição de dispositivos auxiliares de marcha. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na doença de Parkinson e parkinsonismo no idoso. Avaliação e intervenção fisioterapêutica no imobilismo, na síndrome da imobilidade, nas lesões por pressão. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na fragilidade e na sarcopenia. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na osteoartrite, reabilitação pré e pós-

artroplastia. Osteopenia, osteoporose e fraturas – atuação do fisioterapeuta. Atuação fisioterapêutica na atenção básica à saúde da população idosa. Envelhecimento ativo e a atuação do fisioterapeuta. Política nacional de saúde da pessoa idosa e estatuto do idoso.

6. **Sistema Único de Saúde:** Leis nº 8.080/1990, 8.142/1990.

7. **Saúde Coletiva:** Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

FONOAUDIÓLOGO

1. **Linguagem oral e escrita:** Procedimentos clínicos fonoaudiológicos voltados às modalidades de linguagem oral e escrita. Avaliação e conduta fonoaudiológica em quadros de distúrbios da comunicação, como afasia, disartria e apraxia da fala. Avaliação e conduta fonoaudiológica diante de aquisição e desenvolvimento de linguagem oral e escrita. Parecer fonoaudiológico, avaliação e acompanhamento fonoterapêutico relacionados a casos referentes às modalidades de linguagem oral e escrita. Fonoaudiologia educacional – atuação no âmbito escolar. Abordagens teóricas acerca da linguagem e seus fundamentos na clínica fonoaudiológica. Produção dos sons da fala (fonética e fonologia). Níveis de linguagem – morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, discurso. Avaliação, reabilitação e programas de orientação fonoaudiológicas quanto à comunicação para familiares e cuidadores de pacientes/usuários em leito domiciliar.

2. **Voz / Motricidade Orofacial / Disfagia:** Estruturas e processos envolvidos na produção da voz (fonação). Avaliação e diagnóstico das disfonias. Intervenção fonoaudiológica nos quadros de disfonias. Atuação fonoaudiológica na voz profissional. Aspectos fonoaudiológicos nos casos de fissura lábio/palatina. Sistema estomatognático – aspectos anatomofuncionais. Desenvolvimento das funções respiração, sucção, mastigação e deglutição. Avaliação e diagnóstico das funções respiração, sucção, mastigação e deglutição. Atuação fonoaudiológica nas funções de respiração, sucção, mastigação e deglutição. Avaliação e diagnóstico das disfagias. Intervenção fonoaudiológicas nos quadros de disfagias. Câncer de cabeça e pescoço. Atuação fonoaudiológica nos quadros de síndrome de apneia/hipopneia do sono. Atuação do fonoaudiólogo na promoção do aleitamento materno. Normas e rotinas para incentivo ao aleitamento materno. Anatomia e fisiologia da lactação. Aleitamento materno em situações especiais, como RN pré-termo, RN baixo peso, síndrome de Down, entre outras. Avaliação da mamada e avaliação e manejo das mamas para sucesso do aleitamento materno. Norma brasileira para comercialização de alimentos para lactentes. Avaliação, reabilitação e programas de orientação fonoaudiológicas quanto ao processo de alimentação (mastigação e deglutição) para familiares e cuidadores de pacientes/usuários em leito domiciliar.

3. **Audição:** Processos e estruturas envolvidas com audição normal e patologias auditivas. Diagnóstico audiológico: avaliação audiológica objetiva e subjetiva em diferentes faixas etárias. Procedimentos de triagem auditiva de alunos de educação infantil e ensino fundamental. Programas de sensibilização fonoaudiológica sobre saúde auditiva e distúrbios da audição em diferentes faixas etárias. Alterações auditivas periféricas e centrais. Riscos à audição. Saúde do Trabalhador – programa de conservação auditiva. Processo de seleção, indicação e adaptação de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI).

4. **Saúde Coletiva:** Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO

1. **Atenção à saúde da mulher:** acompanhamento de saúde da mulher na atenção primária. Planejamento reprodutivo. Pré-Natal. Acompanhamento de Saúde da gestante e da puérpera. Doenças de mama. Amenorreia e sangramento uterino anormal. Secreção vaginal e prurido vulvar. Dor pélvica. Câncer genital feminino e lesões precursoras. Climatério.

2. **Atenção à saúde do idoso:** o cuidado do paciente idoso. Afecções frequentes no paciente idoso: síndromes demenciais e comprometimento cognitivo leve, doenças cerebrovasculares e doença de Parkinson. Cuidados paliativos. Déficit focal agudo.

3. **Código de ética médica:** Resolução CFM n.º 2217/2019.

4. **Doenças crônicas não transmissíveis:** diagnóstico, tratamento e acompanhamento de diabetes melito. Cardiopatia isquêmica. Insuficiência cardíaca. Asma e doença pulmonar obstrutiva crônica. Câncer. Doenças da tireoide. Epilepsia.

5. **Doenças que acometem olho, ouvido, nariz, boca e garganta:** alteração visão, olho vermelho e outras patologias oculares. Epistaxe, rinite e rinossinusite. Otite média e externa. Dor de garganta e problemas da cavidade oral. Urgências e emergências oftalmológicas e otorrinológicas.

6. **Doenças dermatológicas:** abordagem diagnóstica das lesões de pele. Dermatoses eritematoescamosas. Prurido, lesões papulosas e nodulares. Tumores benignos, cistos cutâneos e neoplasias malignas de pele. Piodermites. Micose superficial.

7. **Doenças psiquiátricas:** transtornos de ansiedade. Depressão. Transtorno de humor e psicoses em atenção primária. Delirium. Drogas: uso, abuso e dependência.
8. **Pequenos procedimentos cirúrgicos:** ferimentos cutâneos e cirurgia de unha. Pequenos procedimentos em atenção primária. Queimaduras. Infecções não traumáticas de partes moles.
9. **Doenças infectocontagiosas:** prevenção, diagnóstico e tratamento. Controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Imunizações. Doenças febris exantemáticas. Doença diarreica. Infecção respiratória aguda na criança. Infecções do trato respiratório no adulto. Tuberculose. Infecção do trato urinário. Doenças sexualmente transmissíveis. Infecção pelo HIV em adultos. Hepatites virais. Hanseníase.
10. **Doenças do aparelho musculoesquelético:** abordagem da dor musculoesquelética. Doenças articulares e osteoartrose. Gota e pseudogota. Cervicalgia. Lombalgia e lumbago. Alterações de ombro e membros superiores, quadril, joelho e pé. Traumatismo musculoesquelético.
11. **Promoção da saúde do adulto e prevenção de doenças crônicas:** estratégias preventivas para doenças crônicas não transmissíveis. Alimentação saudável no adulto. Promoção de atividade física. Tabagismo. Problemas relacionados ao consumo de álcool. Prevenção clínica das doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. Hipertensão arterial sistêmica. Rastreamento de adultos para tratamento preventivo.
12. **Sinais, sintomas e alterações laboratoriais comuns:** cefaleia, dispneia. Dor torácica. Dispepsia e refluxo. Problemas digestivos baixos. Avaliação da tosse subaguda e crônica. Febre em adultos. Cansaço ou fadiga. Anemias no adulto. Perda de peso involuntária. Avaliação de dor abdominal aguda. Dor pélvica. Acidente com animais peçonhentos.
13. **Saúde Coletiva:** Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO CARDIOLOGISTA

1. Alterações cardiológicas na gestação.
2. Aplicação na prática de protocolos e diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia.
3. Arritmias – taquiarritmias e bradiarritmias.
4. Avaliação de risco cardiovascular.
5. Avaliação de risco cirúrgico.
6. Cardiopatias congênitas.
7. Dislipidemia.
8. Doença arterial coronária aguda e crônica.
9. Doença valvar do coração.
10. Doenças da aorta e das carótidas.
11. Doenças do endocárdio.
12. Doenças do pericárdio.
13. Doenças metabólicas com influência na saúde cardiovascular.
14. Eletrocardiograma.
15. Endocardite infecciosa.
16. Febre reumática.
17. Fibrilação atrial.
18. Hipertensão arterial sistêmica.
19. Insuficiência cardíaca aguda e crônica.
20. Métodos diagnósticos aplicados à cardiologia.
21. Miocardiopatias.
22. Miocardites.
23. Modalidades terapêuticas aplicadas à cardiologia.
24. Prevenção e reabilitação cardiopulmonar e metabólica.
25. Reanimação cardiopulmonar.
26. Semiologia cardiovascular.
27. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO DA FAMÍLIA

1. Educação permanente em saúde.
2. Estratégia Saúde da Família.
3. Gestão e avaliação na Atenção Básica.
4. Planejamento situacional em saúde.
5. Política Nacional de Atenção Básica.
6. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

7. Redes de atenção à saúde.
8. Saúde da criança.
9. Saúde da mulher.
10. Saúde do adulto.
11. Saúde do idoso.
12. Saúde e sociedade.
13. Saúde mental na Atenção Básica.
14. Sistema Único de Saúde como política pública.
15. Trabalho em saúde e o cuidado em saúde.
16. Vigilância em saúde.
17. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL

1. **Conhecimentos gerais dos transtornos psiquiátricos:** deficiência intelectual; *delirium*; depressão; esquizofrenia e transtornos delirantes; incongruência de gênero; psicofarmacologia; psicoses; psiquiatria geriátrica; sexualidade humana e disfunções sexuais; transtorno de déficit de atenção/hiperatividade; transtorno do espectro autista; transtorno do estresse pós traumático e outros transtornos relacionados ao trauma e estresse e somatoformes; transtorno obsessivo-compulsivo; transtornos alimentares; transtornos de ansiedade; transtornos de conduta (infância e adolescência); transtornos de personalidade e de comportamentos em adultos; transtornos disruptivos, do controle de impulsos e da conduta; transtornos dissociativos; transtornos do humor; transtornos específicos da aprendizagem; transtornos hipercinéticos (infância e adolescência); transtornos mentais de comportamentos associados ao puerpério; transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa; transtornos mentais orgânicos; transtornos mistos de conduta e emoção (infância e adolescência); transtornos neuróticos relacionados ao estresse e somatoformes; tratamentos não farmacológicos dos transtornos psiquiátricos; urgência e emergência em psiquiatria.
2. **Legislação:** Lei n.º 11.189/1995 (dispõe sobre as condições para internações em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares de cuidados com transtornos mentais); Nota Técnica n.º 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS; Lei n.º 10.216/2001 (dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental); Portaria n.º 106/2000-GM/MS; Portaria n.º 336/2002-GM/MS.
3. **Saúde mental comunitária:** definição e diferenciação em relação à psiquiatria convencional; saúde mental no Brasil.
4. **Saúde Coletiva:** Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO GINECOLOGISTA-OBSTETRA

1. Amenorreias.
2. Anemias e gravidez.
3. Assistência ao trabalho de parto.
4. Assistência pré-natal.
5. Climatério.
6. Contracepção.
7. Diabetes mellitus e gravidez.
8. Doença inflamatória pélvica aguda.
9. Doenças sexualmente transmissíveis.
10. Dor pélvica aguda na mulher.
11. Endometriose.
12. Incompatibilidade do sistema RH.
13. Incontinência urinária.
14. Infecção urinária na mulher.
15. Lesões precursoras do câncer do colo e do corpo do útero.
16. Pré-eclâmpsia e eclâmpsia.
17. Prematuridade.
18. Propedêutica do casal infértil.
19. Propedêutica em mastologia.
20. Puerpério normal e patológico.
21. Sangramento uterino anormal.
22. Sífilis, toxoplasmose, infecções e parasitoses na gravidez.

23. Síndrome dos ovários policísticos e síndromes androgênicas.
24. Tumores benignos do ovário.
25. Tumores benignos do útero.
26. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO PEDIATRA

1. A criança vítima de maus-tratos.
2. Abordagem da criança politraumatizada.
3. Acidentes na infância: prevenção e tratamento.
4. Aleitamento materno e alimentação da criança.
5. Anemias na infância.
6. Atendimento na Cetoacidose diabética.
7. Cardiopatias na criança.
8. Choque.
9. Convulsões na criança.
10. Crescimento e desenvolvimento.
11. Dermatoses mais frequentes na criança.
12. Desnutrição proteica calórica.
13. Diarreia aguda e crônica na criança.
14. Doenças autoimunes e colagenoses na criança.
15. Doenças infectocontagiosas (imunopreveníveis).
16. Doenças no trato geniturinário na criança.
17. Doenças respiratórias na criança.
18. Estatuto da criança e do adolescente.
19. O atendimento do recém-nascido na sala de parto.
20. Organização da atenção à criança, estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.
21. Parasitoses intestinais.
22. Patologias cirúrgicas mais frequentes na criança.
23. Principais problemas ortopédicos na criança.
24. Programa de imunização.
25. Ressuscitação cardiopulmonar.
26. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO PNEUMOLOGISTA

1. Asma.
2. Broncoscopia.
3. Bronquiectasia.
4. Cessação de tabagismo.
5. Circulação pulmonar – tromboembolia pulmonar e hipertensão pulmonar.
6. Doenç a pulmonar obstrutiva crônica.
7. Doenç as pulmonares intersticiais.
8. Doenç as neoplásticas do pulmão.
9. Doenç as pleurais.
10. Doenç as respiratórias do sono.
11. Exames de imagem torácica.
12. Infecções respiratórias: tuberculose, micoses e outras.
13. Insuficiência respiratória.
14. Laudos de provas de função pulmonar.
15. Métodos diagnósticos em pneumologia.
16. Monitorização hemodinâmica.
17. Neoplasias respiratórias.
18. Perioperatório.
19. Pneumonias adquiridas na comunidade.
20. Pneumopatias ocupacionais.
21. Punção e biópsia pleural.
22. Supuraç es pulmonares.
23. Tabagismo.

24. Tosse crônica.
25. Ventilação mecânica.
26. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO PSIQUIATRA

1. Anamnese e exame do estado mental.
2. Deficiência intelectual.
3. Diagnóstico e neurobiologia dos transtornos mentais.
4. Disforia de gênero.
5. Disfunções sexuais.
6. Eletroconvulsoterapia e estimulação magnética transcraniana.
7. Emergências psiquiátricas.
8. Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos.
9. História da Psiquiatria.
10. Interconsulta psiquiátrica.
11. Políticas públicas em saúde mental e legislação em psiquiatria.
12. Psicofarmacologia básica e aplicada.
13. Semiologia dos transtornos mentais.
14. Transtorno do espectro autista e outros transtornos do desenvolvimento.
15. Transtorno obsessivo compulsivo e transtornos relacionados.
16. Transtornos alimentares.
17. Transtornos da personalidade.
18. Transtornos de ansiedade.
19. Transtornos dissociativos, transtornos de sintomas somáticos.
20. Transtornos do humor.
21. Transtornos do sono.
22. Transtornos mentais da infância e adolescência.
23. Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas.
24. Transtornos neurocognitivos.
25. Transtornos relacionados ao trauma e estressores.
26. Tratamento dos transtornos mentais.
27. Análise e elaboração de laudos e pareceres psiquiátricos.
28. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

MÉDICO REUMATOLOGISTA

1. Anatomia, fisiologia e semiologia osteoarticular.
2. Doenças inflamatórias sistêmicas: artrite reumatoide, espondiloartrites, doenças do tecido conjuntivo, vasculites.
3. Fibromialgia e reumatismos de partes moles.
4. Gota.
5. Imunopatologia das doenças reumatológicas inflamatórias.
6. Osteoartrite.
7. Osteoporose.
8. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

VETERINÁRIO

1. Boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
2. Clínica médica, cirúrgica e anestesiologia veterinária, nas suas diferentes especialidades, em animais de estimação e de produção.
3. Condições higiênico-sanitárias, Sistema APPCC, Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos Padrões de Higiene Operacional (PPHO) nas indústrias de produtos de origem animal e seus derivados.
4. Diagnóstico e tratamento de acidentes causados por animais peçonhentos.
5. Doenças infecciosas e parasitárias dos animais domésticos.
6. Epidemiologia: conceitos fundamentais, saneamento, vigilância epidemiológica, sanitária e saúde do consumidor, Indicadores e formas de ocorrência em populações, prevenção e profilaxia.

7. Imunização e vacinologia em medicina veterinária.
8. Infecções, intoxicações e toxinfecções de origem alimentar e seus principais agentes microbiológicos.
9. Inspeção e fiscalização sanitária de lugares de produção, manipulação, armazenamento, transporte e comercialização de alimentos de origem animal.
10. Lei Estadual n.º 13.331/2001 (organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações de serviços de saúde no Estado do Paraná).
11. Lei Federal de Crimes Ambientais n.º 9.605/1998.
12. Lei Municipal n.º 1100/2019.
13. Lei Municipal n.º 1188/2021.
14. Medicina veterinária do coletivo: medicina veterinária legal, medicina de abrigos.
15. Medicina zoológica e aspectos técnico-científicos e legais da criação ou manutenção de animais silvestres em cativeiro.
16. Patologia clínica: exames auxiliares de diagnóstico de doenças, obtenção e manejo de amostras, interpretação de resultados.
17. Patologia geral e patologia veterinária.
18. Planejamento, execução e avaliação de programas de erradicação de doenças (Programas de Saúde Animal).
19. Políticas públicas de saúde: bases legais do Sistema Único de Saúde - SUS (Lei n.º 8.080/1990, arts. 6.º, 12º ao 18º; Lei n.º 8.142/1990).
20. Semiologia veterinária.
21. Terapêutica, farmacologia e toxicologia em medicina veterinária.
22. Zoonoses: diagnóstico, tratamento, vigilância, prevenção e controle.

NUTRICIONISTA

1. Alimentação e Nutrição para coletividades: recomendações nutricionais; materno-infantil; pré-escolar e escolar; adolescentes; adultos e idosos.
2. Avaliação nutricional de coletividades: vigilância nutricional ampla e inclusiva. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Métodos e técnicas de avaliação dos estados nutricionais e consumo alimentar de populações. Determinantes socioeconômicos, demográficos e culturais do estado nutricional e do consumo alimentar. Transição nutricional.
3. Avaliação nutricional de indivíduos: métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar em todas as fases do ciclo da vida (lactentes, pré-escolares, escolares, adolescentes, adultos, idosos, gestantes e lactantes). Avaliação nutricional ambulatorial, dietoterapias, terapia nutricional enteral em domicílio — RDC n.º 63/2000.
4. Controle Social: controle social em saúde; controle social em alimentação escolar; controle social em segurança alimentar e nutricional; e controle social em assistência social.
5. Educação alimentar e nutricional.
6. Ética profissional, bioética e deontologia em nutrição.
7. Gestão de serviços de alimentação: planejamento e produção de refeições em serviços de alimentação; conservação e deterioração dos alimentos; doenças transmitidas por alimentos; boas práticas para serviços de alimentação; procedimentos operacionais padronizados. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC).
8. Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); bases legais de segurança alimentar e nutricional; Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
9. Políticas públicas de saúde: bases legais do Sistema Único de Saúde — SUS (Leis n.º 8.080/1990, 8.142/1990). Atenção Primária à Saúde; Estratégia da Saúde da Família e cuidado multiprofissional na atenção primária à saúde; cuidado da pessoa com obesidade; Programa Saúde na Escola.
10. Vigilância Sanitária de Alimentos: RDC n.º 216/2004 e n.º 275/2002, Portaria n.º 326/1997 (ANVISA).

ODONTÓLOGO

1. Anatomia bucal e dentária.
2. Atendimento odontológico do paciente polimedicado.
3. Biossegurança.
4. Cariologia e flúor.
5. Clínica e terapêutica das afecções mais comuns da mucosa oral.
6. Clínica odontológica de atenção primária em crianças e adultos.
7. Diagnóstico e tratamento das alterações da polpa e do periápice.
8. Disfunção temporomandibular e dor-orofacial.
9. Doenças sistêmicas com repercussão na cavidade oral.
10. Farmacologia e anestesiologia em Odontologia.

11. Indicação racional e interpretação de exames complementares.
12. Materiais dentários, instrumentais e acessórios odontológicos.
13. Notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública.
14. Odontologia em Saúde Pública (planejamento e gestão em saúde pública e saúde coletiva; princípios, diretrizes e funcionamento da Atenção Básica; funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde). Políticas de Saúde.
15. Odontologia legal e bioética.
16. Odontologia para pacientes com necessidades especiais.
17. Patologias e semiologia da cavidade oral. Prevenção e diagnóstico de lesões bucais.
18. Prevenção e tratamento das doenças periodontais.
19. Prevenção, diagnóstico e tratamento da doença cárie.
20. Primeiros socorros.
21. Princípios básicos de cirurgia bucomaxilofacial.
22. Psicologia na Odontologia.
23. Radiologia odontológica e imaginologia.
24. Urgência em doenças dentárias e orais.
25. Saúde Coletiva: Promoção à saúde. Atuação interdisciplinar. Atuação nos níveis de atenção à saúde. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Políticas públicas de Saúde.

PSICÓLOGO

1. **Conhecimentos gerais:** psicologia do desenvolvimento. Teorias da personalidade. Psicoterapias. Terapia de apoio. Terapia de família. Terapia de grupo. Terapia cognitiva. Psicoterapia breve e intervenção em crises. Psicopatologias. Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Transtornos de humor. Transtornos de ansiedade. Esquizofrenias e transtornos delirantes. Transtornos neuróticos relacionados ao estresse e somatoformes. Transtornos de personalidade e de comportamento em adultos. Transtornos emocionais e de comportamento (infância e adolescência). Inclusão escolar e social. Saúde mental. Saúde coletiva. Rede de atenção em saúde. Rede de atenção psicossocial em saúde mental. Rede de proteção a crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência. Saúde ocupacional. Eca. Estatuto do idoso. Suas.
2. **Bases Legais e Princípio de atuação em Saúde Mental no Brasil:** Legislação Federal, Estadual do Paraná e Municipal.
3. **Psicologia Escolar:** Bases Legais e Princípios de Atenção a Psicologia Escolar. Lei Brasileira de Inclusão. Lei de constituição da equipe psicossocial nas escolas.
4. **Psicologia Organizacional e do Trabalho:** Bases Legais e Princípios de atuação em psicologia Organizacional e do Trabalho. LBI (inclusão de pessoas com deficiência). Saúde do trabalhador.
5. **Ética, Bioética e Deontologia em Psicologia**
6. **Políticas Públicas de Saúde:** Bases Legais do Sistema Único de Saúde (SUS). Atenção Primária à Saúde. Bases de Estratégia da Saúde da Família. RAS. RAPS.

PROCURADOR MUNICIPAL

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Administração pública direta e indireta: órgãos e pessoas jurídicas. Autarquias. Autarquias especiais: agências reguladoras e agências executivas. Fundações públicas e estatais (governamentais). Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Entidades paraestatais e terceiro setor. Consórcios públicos e convênios de cooperação entre os entes federados.
2. Administração pública: noção e objeto. O Direito Administrativo e seus princípios informadores. Regime jurídico-administrativo. Fontes do Direito Administrativo.
3. Advocacia pública. Preceitos constitucionais. Procuradoria-Geral do Município de Campo Magro: atribuições e competência. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal n.º 948/2017 e alterações posteriores.
4. Assistência Social. Sistema Único. Lei Orgânica (Lei Federal n.º 8.742/1993).
5. Atividade administrativa de fomento. Conceito. Modalidades. Hipóteses. Limites.
6. Atos e fatos administrativos. Classificação dos atos administrativos. Elementos e requisitos do ato administrativo. Vinculação e discricionariedade do ato administrativo.
7. Bens públicos. Classificação. Caracteres jurídicos. As vias públicas. Alinhamentos.
8. Contratos administrativos. Conceito e caracteres jurídicos. As diversas espécies de contratos administrativos. Convênios administrativos, contratos de gestão. Termos de parceria. Lei Federal n.º 13.019/2014, Concessões. Parcerias público-privadas.

9. Controle da administração pública. Tipos e formas de controle: controle administrativo e controle legislativo. O Tribunal de Contas. Sistemas de controle jurisdicional. Sistema brasileiro: controle pelo Poder Judiciário. Formas procedimentais específicas.
10. Defeitos do ato administrativo. Desfazimento do ato administrativo. Revogação e anulação. Convalidação e confirmação.
11. Desapropriação por interesse social: conceito e fundamentos. A desapropriação para fins de Reforma Agrária. Requisitos. Processo administrativo e judicial. Indenização.
12. Desapropriação por utilidade pública: conceito e fundamentos jurídicos. Processo Administrativo e judicial. Indenização. Desapropriação por zona e direito e extensão. Tredestinação e retrocessão.
13. Execução dos contratos administrativos. Teorias da Força Maior, da Imprevisão e do Fato do Príncipe. Extinção dos contratos administrativos.
14. Formação dos contratos administrativos. Licitação: conceito, fundamentos, modalidades e procedimentos. Pregão. Licitação e contratos nas concessões e permissões de serviços públicos, nas parcerias público-privadas e nos serviços de publicidade. Lei 14.133/2021.
15. Intervenção do Estado na propriedade privada. Limitações administrativas. Tombamento. Servidões administrativas. Requisição e ocupação temporária. O Estatuto da Cidade.
16. Lei de Improbidade Administrativa. Lei Federal nº 8.429/1992. Decreto-Lei nº 201/1967.
17. Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
18. Perfeição, validade e eficácia dos atos administrativos. Atributos do ato administrativo. Teoria dos Motivos Determinantes.
19. Poder de polícia. Conceito e setores de atuação. Polícia administrativa e polícia judiciária. As Liberdades públicas e o poder de polícia.
20. Processo e procedimento administrativo. Garantias constitucionais. A instância administrativa. Representação e reclamação administrativa. Pedido de reconsideração e recursos administrativos. A prescrição administrativa. A Lei Federal de Processo Administrativo. Resolução administrativa de conflitos. Lei de Introdução às normas de direito brasileiro. Autocomposição. Mediação. Arbitragem. Conciliação. Compromisso de ajustamento de conduta.
21. Responsabilidade extracontratual do Estado. Evolução da responsabilização estatal. Teorias subjetivas e objetivas. O Direito brasileiro. Ação regressiva contra o servidor responsável.
22. Serviço público. Conceito. Caracteres jurídicos. Classificação. Garantias dos administrados. Serviços públicos da União, dos Estados e dos Municípios.
23. Servidores públicos. Cargo, emprego e função pública. Regime constitucional do servidor público: ingresso na carreira, remuneração, direito de greve e associação sindical, acumulação de cargos, estabilidade, direitos e deveres. Limites às despesas com servidores na Lei de Responsabilidade Fiscal. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e penal). Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Magro (Lei Municipal nº 126/2000). Subsídio dos agentes políticos.
24. Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990, política de dispensação de medicamentos, responsabilidade dos entes da Federação pela dispensação de medicamentos.
25. Utilização e ocupação dos bens públicos: Permissão e concessão de uso, aforamento, concessão de domínio pleno.

DIREITO AMBIENTAL

1. Conceito de meio ambiente e seus aspectos. Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. Conceito de recursos naturais e meio ambiente como bens ambientais. Conceito de biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Significado de direitos culturais.
2. Direito ambiental constitucional. Meio ambiente como direito fundamental. Princípios estruturantes do estado de direito ambiental. Competências ambientais legislativa e material. Deveres ambientais. Instrumentos jurisdicionais. Função ambiental pública e privada. Função social da propriedade. Bens ambientais. Propedêutica do Direito Ambiental.
3. Espaços territoriais especialmente protegidos. Áreas de preservação permanente e reserva legal. Lei nº 9.985/2000 (SNUC).
4. Lei Municipal nº 234/2002. Institui o Código de Meio Ambiente do Município de Campo Magro e dá outras providências.
5. Lei Municipal nº 728/2012. Dispõe sobre a Política de Proteção, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente.
6. Lei Municipal nº 743/2012. Institui a política municipal de Campo Magro dos serviços ambientais; o programa municipal de pagamento por serviços ambientais; estabelece formas de controle e financiamento desse programa, e dá outras providências. Política Nacional de Meio Ambiente. Objetivos. Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos). SISNAMA: estrutura e funcionamento. Lei nº 6.938/1981 e suas alterações. Decreto nº 99.274/1990. Resolução CONAMA nº 1 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental — EIA — RIMA).

Resolução CONAMA n.º 237 e suas alterações (Licenciamento Ambiental). Resolução ONAMA n.º 378 e suas alterações (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional).

7. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei n.º 12305/2010. Princípios. Objetivos. Instrumentos. Diretrizes. Instrumentos econômicos.
8. Política Urbana. Diretrizes, instrumentos e competência. Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Lei n.º 10.257/2001 e suas alterações. Zoneamento Ambiental. Proteção de Manancial. Poluição Sonora, hídrica, atmosférica, visual e do solo. Resíduos sólidos. Arborização Urbana.
9. Princípios de Direito Ambiental. Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional. Princípios da Tutela do Patrimônio Cultural.
10. Recursos florestais. Lei n.º 12.651/2012 e suas alterações. Resoluções CONAMA n.º 302/2002 e n.º 303/2002 e suas alterações. Lei n.º 11.284/2006 (Gestão de florestas públicas).
11. Recursos hídricos. Lei n.º 9.433/1997 e suas alterações (instrumentos de gestão). Resolução do CNRH n.º 16/2001. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).
12. Responsabilidades. Efeito, impacto e dano ambiental. Poluição. Responsabilidade administrativa, civil e penal. Tutela processual. Papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente. Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas. Lei n.º 9.605/1998 e alterações. Decreto n.º 6.514/2008.
13. Saneamento Básico. Lei n.º 11.445/2007. Princípios. Titularidade. Prestação dos Serviços. Regulação. Controle Social.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. A pessoa jurídica de direito privado. Noção. Classificação. Aquisição da personalidade. Capacidade e representação. Extinção. Desconsideração da personalidade jurídica.
2. A pessoa natural como sujeito de direito. Personalidade: Conceito, início e fim. Capacidade de direito e de fato. Incapacidade absoluta e relativa. Capacidade e legitimação. Direitos da personalidade.
3. Aquisição da posse. Efeitos da posse. Perda da posse.
4. Atos unilaterais. Promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido e enriquecimento sem causa. Disciplina jurídica.
5. Bens. Classificação. Bens públicos: espécies e garantias. Bem de família.
6. Classificação dos créditos na falência. Créditos inexigíveis e créditos incólumes. Realização do ativo e pagamento do passivo.
7. Condomínio. Diversas espécies. O condomínio no Código Civil e em prédios divididos em unidades autônomas.
8. Contratos. Transformações do direito contratual. Dirigismo contratual. Contrato de adesão. Princípios. Disposições gerais. Responsabilidade pré-contratual e pós-contratual. Extinção. Boa-fé objetiva.
9. Direito das coisas. Conceito. Características. Espécies. Obrigações *propter rem*.
10. Direito de propriedade. Fundamentos. Conceito e elementos. Extensão. Restrições. Função social da propriedade. Reforma agrária.
11. Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade. Poder. Interesse legítimo. Status. Ônus. Sujeição. Direito adquirido e expectativa de direito.
12. Domicílio. Classificação. Domicílio da pessoa natural. Domicílio da pessoa jurídica.
13. Elementos acidentais dos negócios jurídicos: condição, termo e encargo.
14. Empresário individual e coletivo. Conceito. Obrigações e prerrogativas que lhes são próprios. Proibições e limitações ao exercício da atividade empresarial.
15. Espécies contratuais: compra e venda, promessa de compra e venda, doação, mandato, fiança e transação. Disciplina jurídica.
16. Estabelecimento empresarial ou Fundo de Comércio. Noção. Elementos ou bens que o integram. Trespasse. Desapropriação. Nome empresarial e título de estabelecimento. Marcas.
17. Falência: legitimidade ativa e passiva para a ação. Efeitos em relação aos contratos, à pessoa do falido, aos administradores e aos sócios da sociedade falida. A administração da falência. Atos ineficazes e revogáveis em relação à massa falida. Pedido de restituição e embargos de terceiro.
18. Hipoteca. Conceito. Classificação. Constituição. Efeitos. Extinção. Hipoteca cedular.
19. Impossibilidade superveniente. Caso fortuito e força maior. Onerosidade excessiva. Teoria da imprevisão.
20. Inexistência, nulidade e anulabilidade dos atos e negócios jurídicos. Ineficácia. Efeitos da declaração de nulidade e de anulabilidade.
21. Lei n.º 13.655/2018 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
22. Modalidades de obrigação. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Obrigações pecuniárias. Correção monetária. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor.
23. Não cumprimento das obrigações. Teoria do inadimplemento. Impossibilidade da prestação: espécies. Mora. Perdas e danos. Juros legais. Cláusula penal. Arras ou sinal.

24. Norma jurídica. Vigência, validade, eficácia, aplicação, hierarquia e revogação. Fontes do direito. Interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespacial das leis.
25. Obrigação. Elementos constitutivos da relação obrigacional. Distinção entre direitos obrigacionais e direitos reais. Fontes das obrigações.
26. Perda da propriedade imóvel. Diversas formas. Desapropriação.
27. Posse. Conceito e teorias. Posse e detenção. Classificação e caráter da posse. Posse dos bens públicos. Proteção possessória.
28. Prescrição. Conceito e fundamentos. Decadência e caducidade de direitos. Prescrição e decadência. Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Prazos de prescrição e de decadência. A prescrição e a fazenda pública.
29. Propriedade imóvel. Modos de aquisição: registro imobiliário e seus efeitos, acesso usucapião e herança.
30. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Superfície.
31. Recuperação judicial. Legitimidade ativa. Efeitos em relação aos contratos da recuperanda. Requisitos. Pedido e processamento. Plano de recuperação. Procedimento. Da convolação em falência. Recuperação extrajudicial. Recuperação com base no plano especial. Administrador judicial. Comitê de credores. Assembleia geral de credores. Verificação dos créditos. A questão da recuperação da empresa como forma de proteção do interesse do estado em sua manutenção.
32. Responsabilidade civil. Elementos ou pressupostos. Dano material e dano moral. Responsabilidade civil por fato alheio. Dever de indenizar. Danos abrangidos pela indenização. Formas de indenização.
33. Responsabilidade objetiva. Teoria do risco. A responsabilidade objetiva no direito brasileiro.
34. Servidões prediais. Conceito. Classificação. Disciplina jurídica. Extinção.
35. Sociedade anônima ou companhia. Constituição. Espécies. Formação, aumento e redução do capital social. Títulos de sua emissão (formas, espécies, classes e direitos que asseguram). Direitos e obrigações dos acionistas e do controlador. Responsabilidade dos administradores. A sociedade de economia mista e suas peculiaridades.
36. Sociedade limitada. Conceito. Características. Natureza. Quotas sociais. Responsabilidade dos sócios e dos sócios-administradores. Casos de dissolução e de resolução da sociedade em relação a um sócio. Retirada e exclusão de sócio. Critérios para aplicação das regras da sociedade anônima.
37. Sociedade simples. Disciplina jurídica.
38. Sociedades empresárias. Conceito. Natureza do ato constitutivo. Classificação quanto à estrutura econômica e à responsabilidade dos sócios. Início e fim da personalidade jurídica e desconsideração. Sociedades unipessoais. Transformação, fusão, incorporação e cisão de sociedades. Consórcio e grupo societário.
39. Teoria Geral do Fato Jurídico. Classificação. Aquisição, modificação, perda e extinção de direitos.
40. Transmissão das obrigações. Cumprimento das obrigações. Noções. Adimplemento. Extinção das obrigações.
41. Usucapião. Modalidades.
42. Usufruto. Noção. Disciplina jurídica. Extinção.
43. Vícios ou defeitos dos atos e negócios jurídicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Administração pública. Princípios constitucionais.
2. Constituição. Conceito. Classificação. Normas constitucionais. Aplicabilidade e eficácia. Disposições constitucionais transitórias. Supremacia da constituição. Constitucionalização, desconstitucionalização, recepção e repristinação. Hermenêutica e interpretação constitucional. Teoria da constituição. Constitucionalismo e neoconstitucionalismo.
3. Controle da constitucionalidade. Sistema brasileiro – evolução. Normas constitucionais/inconstitucionais. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de constitucionalidade.
4. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Princípio da legalidade. Princípio da isonomia. Regime constitucional da propriedade: desapropriação. *Habeas corpus*. Mandado de segurança. Mandado de injunção. *Habeas data*. Ação popular. Ação civil pública. Direitos sociais e sua efetivação. Reserva do possível.
5. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índios.
6. Estado federal. Conceito. Federação brasileira. Características. Integrantes da federação: bens e sistemas de repartição de competência.
7. Estado-membro: autonomia e competências. Criação, reformulação e extinção. Poder constituinte estadual. Constituição do Estado do Paraná.
8. Funções essenciais à justiça. Ministério público. Advocacia e Advocacia Pública.
9. Intervenção federal e intervenção estadual.
10. Município: autonomia e competências. Criação, reformulação e extinção. Lei Orgânica do Município de Campo Magro.

11. Nacionalidade. Partidos políticos. Sistema eleitoral. Justiça eleitoral. Suspensão e perda dos direitos políticos.
12. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Política urbana. Política agrícola e fundiária e reforma agrária. Sistema financeiro nacional.
13. Ordem Social. Seguridade Social. Saúde. Previdência Social. Assistência Social.
14. Organização dos poderes do estado: mecanismo de freios e contrapesos.
15. Poder constituinte originário e derivado. Reforma e revisão constitucional. Poder constituinte decorrente.
16. Poder Executivo: organização e atribuições. Poder regulamentar. Medidas provisórias. Crimes de responsabilidade.
17. Poder Judiciário: organização. Justiça Federal e Estadual, Justiça Especial. Competência. Conselho Nacional de Justiça.
18. Poder Legislativo: organização e atribuições. Processo legislativo. Iniciativa. Comissões parlamentares. Imunidades e incompatibilidade parlamentares. Orçamento e fiscalização orçamentária e financeira. Tribunal de Contas.
19. Servidores públicos civis: princípios constitucionais. Teto remuneratório constitucional.
20. Súmulas vinculantes. Técnicas de decisão no controle de constitucionalidade.
21. Tributação e orçamento. Sistema tributário nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da união. Impostos dos estados e do distrito federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. Finanças públicas. Orçamentos.
22. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Indígenas.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

1. DIREITO DO TRABALHO: Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988). Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso. Trabalho intermitente. Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho. Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária. Da identificação profissional: da Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS, sua emissão, entrega e anotações; do valor das anotações da CTPS. Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características. Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi. Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção. Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização. Do aviso prévio. Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável; da força maior. Da duração do trabalho: da jornada de trabalho; Jornada In itinere; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas. Do salário-mínimo: conceito, irredutibilidade e garantia. Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; das férias coletivas; da remuneração e do abono de férias, dos efeitos da cessação do contrato de trabalho; do início da prescrição. Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário. Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função. Do FGTS. Da prescrição e decadência. Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; do equipamento de proteção individual — EPI; das atividades insalubres e perigosas. Das disposições especiais sobre duração e condições de Trabalho (Capítulo I do Título III da CLT); Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor (Capítulos III e IV do Título III da CLT). Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade (art. 10 do ADCT). Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho. Do direito de greve; dos serviços essenciais. Da renúncia e transação. Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017). Dano moral nas relações de trabalho. Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho. Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho. Reforma Trabalhista — Lei nº 13.467 de 2017. Acidentes do Trabalho. Princípios gerais de responsabilidade civil trabalhista. Assédio moral e sexual. Princípios da igualdade e da não discriminação. Lei nº 14.457 DE 2022.
2. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Formas de solução de conflitos trabalhistas. Fontes do Direito Processual do Trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competência (EC 45/2004). Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Composição do

Tribunal Superior do Trabalho. Do Juiz do Trabalho: poderes, impedimento e suspeição. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: Secretarias das Varas do Trabalho; Distribuidores; Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores. Ministério Público do Trabalho: organização. Processo judiciário do trabalho: princípios específicos do processo do trabalho; princípios gerais do processo aplicáveis ao processo do trabalho (aplicação subsidiária e supletiva do CPC ao processo do trabalho). Atos, termos e prazos processuais. Distribuição. Custas e emolumentos. Partes e procuradores; jus postulandi; substituição e representação processuais; capacidade postulatória no processo do trabalho; assistência judiciária; honorários de advogado. Nulidades no processo do trabalho: princípio informador; momento de arguição, preclusão. Exceções. Audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; notificação das partes; arquivamento do processo; revelia e confissão. Da prova testemunhal: quantidade de testemunhas, impedimento e suspeição. Prova documental: falsidade documental. Prova pericial. Honorários periciais: responsabilidade pelo pagamento. Dissídios individuais: forma de reclamação e notificação; reclamação escrita e verbal; requisitos da petição inicial no processo do trabalho; legitimidade para ajuizar. Procedimento ordinário e sumaríssimo. Procedimentos especiais: Inquérito para apuração de falta grave, Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial, Consignação em pagamento, Ação Monitória, Ação Rescisória e Mandado de Segurança. Sentença e coisa julgada; liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento. Dissídios coletivos: competência para julgamento, legitimidade para propositura, extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa; efeito suspensivo. Da Ação Civil Pública: legitimidade e cabimento no processo do trabalho. Execução: iniciativa da execução; do Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida. Citação; depósito da condenação e da nomeação de bens; mandado e penhora; bens penhoráveis e impenhoráveis. Embargos à execução; impugnação à sentença de liquidação; embargos de terceiro. Praça e leilão; arrematação; remição; custas na execução. Recursos no processo do trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos; recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST, embargos de declaração, embargos infringentes e agravo regimental. Reclamação Correcional. Do incidente de uniformização de jurisprudência. Do Incidente de Recursos de Revista e Embargos Repetitivos (IN 38/TST). Do Processo Judicial Eletrônico: peculiaridades, características e prazos; normas aplicáveis ao processo judicial eletrônico. Súmulas da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho. Instruções Normativa do Tribunal Superior do Trabalho que tratam de Processo do Trabalho — números 38, 39 e 40. Resolução CSJT nº 314/2021 (precatórios), Resolução CSJT nº 247/2019.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Benefícios do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Paridade e integralidade. Aposentadorias: modalidades, critérios e requisitos de concessão e forma de cálculo dos benefícios (remuneração base de contribuição, atualização e parcelas incorporáveis). Aposentadorias especiais: hipóteses constitucionais e dependência de regulamentação. Aposentadoria especial dos professores. Pensão: fato gerador, forma de cálculo do benefício, dependentes e beneficiários. Pensão. Legislação federal. Cumulação de aposentadorias e pensões. Teto dos benefícios. Reajustamento dos benefícios. Abono de permanência.
2. Custeio do regime próprio de previdência dos servidores. Contribuição previdenciária de servidores ativos, inativos e de pensionistas. Imunidade e isenção. Alíquotas de contribuição previdenciária. Alíquotas progressividade e diferenciadas. Contribuição do ente público.
3. Disciplina constitucional da previdência social dos servidores públicos e reformas previdenciárias. Direito adquirido e expectativa de direito. Emenda Constitucional n.º 20/1998, Emenda Constitucional n.º 41/2003, Emenda Constitucional n.º 47/2005, Emenda Constitucional n.º 70/2012, Emenda Constitucional n.º 88/2015 e Emenda Constitucional n.º 103/2019. Normas gerais dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos (Lei n.º 9.717/1998, Lei n.º 10.887/2004). Órgão Gestor Único. Previdência complementar.
4. Previdência Complementar.
5. Previdência social dos agentes públicos: servidores efetivos, servidores estabilizados, empregados públicos, temporários, detentores de cargo em comissão, detentores de mandato eletivo, militares, integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas. Regime previdenciário aplicável aos notários e registradores. Servidores públicos e regime de previdência complementar.
6. Previdência social: noção e fundamentos. Evolução histórica perante as constituições brasileiras. Modelos contributivos e não contributivos, de repartição e de capitalização, públicos e privados. Previdência Social e direitos sociais na Constituição de 1988. Lei n.º 8212/1991. Lei n.º 8.213/1991.
7. Princípios do direito previdenciário. Fontes. Vigência e eficácia das normas previdenciárias no tempo e no espaço. Competência legislativa. Prescrição em matéria previdenciária. Regimes de previdência social: regime geral, regimes próprios dos servidores públicos e regime complementar.

8. Regimes próprios de previdência dos servidores efetivos: regras constitucionais permanentes. Contributividade e Solidariedade. Compulsoriedade. Aplicabilidade subsidiária das normas do regime geral de previdência social. Contagem de tempo fictícia e contagem recíproca. Correspondência entre benefício e fonte de custeio. Unidade de Regime e de Gestão. Fundos de Previdência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Competência tributária. Competência tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Conflito de competência.
2. Contribuição de iluminação pública. Regra-matriz de incidência tributária. Hipótese de incidência tributária e consequência tributária e seus critérios. Hipóteses de isenção. Lançamento da contribuição de iluminação pública.
3. Contribuição de melhoria. Regra-matriz de incidência tributária. Hipótese de incidência tributária e consequência tributária e seus critérios. Hipóteses de isenção. Lançamento da contribuição de melhoria.
4. Crédito Tributário. Conceito e natureza. Constituição do crédito tributário. Lançamento: natureza, modalidades. Eficácia, revisão e presunção. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Infrações e sanções tributárias. Fraude à execução. Administração tributária.
5. Da repartição de receitas tributárias.
6. Direito Tributário: conceito de Direito Tributário e Financeiro. Autonomia do Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Normas Gerais de Direito Tributário. Normas complementares.
7. Finanças públicas: normas gerais, receitas, despesas, orçamento e dívida pública.
8. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Regra-matriz de incidência Tributária. Hipótese de incidência tributária e consequência tributária e seus critérios. Hipóteses de Isenção e imunidade. Lançamento do IPTU.
9. Imposto sobre a transmissão de bens imóveis. Regra-matriz de incidência tributária. Hipótese de incidência tributária e consequência tributária e seus critérios. Hipóteses de isenção e imunidade. Lançamento do ITBI.
10. Imposto Sobre Serviços. Decreto-Lei n.º 406/68 e suas alterações, Lei Complementar Federal n.º 116/2003. Regra-matriz de incidência tributária. Hipótese de incidência tributária e consequência tributária e seus critérios. Hipóteses de Isenção e imunidade. Lançamento do ISS.
11. Lei Complementar Federal n.º 101/2000.
12. Lei Complementar Federal n.º 123/2006.
13. Lei Federal n.º 4.320/1964.
14. Lei Municipal n.º 36/1997 e suas alterações.
15. Norma Jurídica. Norma jurídica tributária. Regra-matriz de incidência. Fato jurídico tributário. Hipótese de incidência tributária. Consequência tributária. Relação Jurídica Tributária.
16. Obrigação Tributária. Conceito, natureza e espécies. Responsabilidade tributária. Transferência e substituição tributária. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade dos sucessores, de terceiros, dos sócios. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea.
17. Planejamento. Execução orçamentária e cumprimento de metas. Receita Pública. Despesa Pública. Transferências voluntárias. Destinação dos recursos públicos ao setor privado. Dívida e endividamento públicos. Gestão patrimonial. Transparência, controle e fiscalização das contas públicas.
18. Plano plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei do Orçamento.
19. Precatórios. Obrigações de Pequeno Valor. Regimes anterior e posterior à Emenda Constitucional n.º 62/2009.
20. Processo administrativo fiscal e processo administrativo fiscal municipal. Infrações e sanções Tributárias. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração Tributária. Dever de Sigilo. Dívida ativa. Certidões negativas e positivas com efeito de negativas.
21. Processo judicial tributário. Princípios aplicáveis. Ações do fisco contra o contribuinte (execução fiscal, ação cautelar fiscal, ações e defesas do contribuinte, embargos à execução fiscal, exceção de pré-executividade, ação anulatória, ação declaratória, ação de repetição de indébito, ação de consignação em pagamento, mandado de segurança, tutela antecipada, execução provisória contra a fazenda pública). Ações coletivas em matéria tributária. Jurisdição constitucional. Recursos processuais. Controle judicial da administração. Defesa do patrimônio público em juízo.
22. Responsabilidade fiscal. Crimes de responsabilidade fiscal. Parcerias público-privadas. Restrições orçamentárias. Contraprestação da administração pública. Limites. Fundo garantidor.
23. Sistema tributário nacional. Sistema jurídico. Princípios jurídicos e princípios constitucionais. Sistema constitucional tributário brasileiro. Imunidades: conceito, espécies, natureza jurídica, alcance, interpretação. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência.

24. Taxas municipais de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia. Regra-matriz de incidência tributária. Hipótese de incidência tributária e consequência tributária e seus critérios. Hipóteses de isenção. Lançamento das taxas municipais.
25. Tributo: conceitos, natureza jurídica. Classificações dos tributos. Espécies tributárias. Funções dos tributos.

DIREITO URBANÍSTICO

1. Constituição Federal. Ordenamento territorial. Competências urbanísticas. Normas gerais. Município. Política urbana. Plano diretor. Função social da propriedade urbana. Regiões metropolitanas. Aglomerados urbanos.
2. Desapropriação. Conceito. Aplicações. Justa indenização. Recuperação das mais-valias urbanísticas. Processo. Procedimento judicial e administrativo.
3. Direito à moradia. Regularização fundiária de interesse social. Lei n.º 11.977/2009; Lei n.º 12.424/2011; Medida Provisória n.º 2.220/2011; Lei n.º 13.465/2017. Direito registral imobiliário.
4. Direito urbanístico. Direito à cidade. Função social da cidade. Autonomia científica. Princípios. Direito de construir e direito de propriedade. Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. Poder de polícia urbanístico. Ordenação. Uso e ocupação do solo urbano. Zoneamento. Licenças urbanísticas. Responsabilidade administrativa. Infrações e sanções administrativas. Responsabilidade civil e penal.
5. Estatuto da Cidade. Norma Geral. Objetivos. Diretrizes. Instrumentos da política urbana. Gestão democrática das cidades. Normas gerais para a elaboração do Plano Diretor. Disposições gerais.
6. Lei municipal n.º 717/2012 – Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de campo magro e dá outras providências.
7. Lei municipal n.º 726/2012 – Define o Código de Obras das Ações de Iniciativa Privada e Pública sobre a Morfologia da Cidade.
8. Lei Municipal n.º 733/2012 – Define o Código de Posturas de Campo Magro.
9. Decreto estadual n.º 5063/2001 – Dispõe sobre zoneamento ecológico e econômico da APA do Passaúna.
10. Decretos estaduais n.º 1611/1999 e 6796/2012 – Dispõe sobre o zoneamento ecológico e econômico da UTP de Campo Magro/APA do Rio Verde. Lei Municipal n.º 127/2000.
11. Lei municipal n.º 731/2012 – Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e de Ocupação do Solo do Perímetro Urbano da Sede, do Distrito de Retiro, do Distrito Conceição do Município de Campo Magro e da outras providências.
12. Parcelamento do solo urbano. Loteamento, desmembramento, arruamento, aprovação de parcelamento de solo – Lei municipal n.º 730/2012. Regularização fundiária urbanística. Área de Preservação Permanente-APP Urbana.
13. Proteção do patrimônio cultural. Instrumentos de tutela de bens culturais materiais e imateriais. Competências. Tombamento. Registro. Desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural. Função Social da Propriedade Pública.
14. Tutela da ordem jurídico-urbanística. Ação civil pública. Ação popular. Ações reais. Ações possessórias. Mecanismos extrajudiciais de conflito. Termo de compromisso. Termo de ajustamento de conduta. Audiências públicas.